Sindmon-Metal
Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade
Filiado à CNM/CUT

Zé MARRETA

Nº 1409 - 21 DE DEZEMBRO - 2018

LIÇÕES DE CAMPANHA

Reflexão sobre Acordo Coletivo deste ano joga luz sobre a palavra "resistência", tão presente em vozes da classe trabalhadora e movimentos populares nos últimos anos

A assembleia de trabalhadores é soberana. Afinal, qualquer que seja sua decisão, são trabalhadores e trabalhadoras que estão se posicionando, seja lá seu nível funcional, seja lá o cargo que um ou outro ocupa na empresa. Quem quer ter voz faz a coisa certa: participa da assembleia.

Essa introdução é mais do que necessária quando se discute a campanha salarial deste ano, que se encerrou após apenas cinco reuniões, sem ganho acima da inflação e sem algo que outras unidades conquistaram: abono.

Mas foi mesmo vontade do(a) trabalhador(a)? Sim, vontade de 54,5% dos companheiros e companheiras que marcaram presença no Sindicato.

Houve pressão da alta gerência da Usina? A julgar pela forte presença de companheiros com "cargo de confiança", que não costumam frequentar o Sindicato, pode-se concluir que sim. Mas eles também são trabalhadores e esperamos que atuem sempre com consciência tranquila e compromisso com a categoria. Mas é claro que os chefões dos chefões tomam o medo como componente em sua estratégia de enfrentamento às reivindicações dos trabalhadores. Se não queremos deixar que o medo vença os direitos, temos que nos manifestar e resistir.

Note-se que, apesar da participação dos votos de "chefes", a diferença na votação não foi muito expressiva. A proposta do empresa poderia ter sido derrotada caso houvesse mobilização de quem queria mais conquistas.

Ganhos

É possível avançar? Sim. Vejamos como foi o acordo em algumas outras unidades da empresa:

Araquari (SC): INPC / cartão natalino de R$ 2.000,00;

Piracicaba (SP): 4% / abono de 15% do salário-base;

Juiz de Fora: INPC / abono de R$ 450,00.

Em Tubarão, foi recusada proposta de INPC e cartão natalino de R$ 2.400,00.

Escravocratas saem da toca

A Lei 13.457/2017 (“reforma trabalhista”), aprovada no governo Temer, abriu as portas para a precarização do trabalho.

O trabalho intermitente (em que o empregado trabalha e recebe de acordo com a demanda) e a pejotização (transformação do funcionário em pessoa jurídica, sem direitos trabalhistas), transformados em práticas legais, são apenas dois exemplos entre muitos.

A nova legislação também procurou enfraquecer os sindicatos, pelo corte de fontes de financiamento e ataque à sua representação ao permitir que certas questões problemáticas (como banco de horas) possam ser discutidas diretamente entre empresa e trabalhador.

As “elites do atraso” (conforme expressão do sociólogo Jessé Souza) fizeram e fazem festa com a “reforma”, que leva o país para trás, para as portas da escravidão.

E o presidente eleito quer mais. Disse que a CLT precisa “se aproximar da informalidade”. Sério? Sim. Disse.

QUEM MANDOU?

Caminhonete de empresa para carregar supervisores; trabalhador, após deixar na secretaria do Sindicato uma via do termo de oposição à taxa de solidariedade, entregando a cópia ao chefe, na rua: essas foram cenas que puderam ser vistas no entorno do Sindicato dos Metalúrgicos e que configuram práticas antissindicais.

Lamentável que a empresa use trabalhadores com “cargo de confiança” para pressionar companheiros a agir contra a entidade que os representa e ainda coloque carro à sua disposição para isso. Não faltaram relatos de pressão, “ordem” para fazer “o que o mestre mandou”.

Por isso mesmo, é importante que os trabalhadores procurem agir coletivamente, sem medo, sindicalizando-se e ajudando o Sindicato a se manter, porque esse é o melhor caminho para resistir ao desmonte de direitos que a “elite do atraso” (como já dissemos na matéria ao lado) quer impor ao país.

UM DESRESPEITO ATRÁS DO OUTRO

1. Na edição anterior do **ZÉ MARRETA**, falamos do aumento por mérito a apenas nove pessoas no Laminador 2 e que, segundo o RH, o pequeno número teria sido em razão da pouca verba disponível para esse fim. Mas depois mais 15 pessoas foram contempladas. Estranho é que, nas negociações salariais, a ArcelorMittal disse que, em razão de o custo da folha de pagamento ter crescido 4%, não havia margem para aumento real e nem para enquadramentos. Uai!? *E voltemos ao assunto do gerente de área que usou o DDS para criticar quem não foi contemplado e defender meritocracia: DDS, senhor, é para tratar de segurança e não para ameaçar trabalhadores.*

2. No Altoforno: **MAU EXEMPLO QUE VEM DE CIMA:** Conforme denúncia de companheiros, o gerente geral da Usina teve acesso a imagem de um procedimento incorreto de trabalhador e, aí, passou a gravação em cadeia para as chefias de nível hierárquico inferior até o ponto final: o gerente de área expor o companheiro no DDS. Humilhação pública é lamentável e só provoca estresse e problemas. Mais civilizado seria conversar com o companheiro em particular, mostrar-lhe o erro, orientá-lo: isso, sim, dá resultado.

3. E a “festa de gente diferenciada” no Altoforno? Enquanto, na área administrativa, houve festejo sem custo, com direito a brindes para crianças, o pessoal do turno teve que contribuir com R$ 100,00 para se confraternizar. E ficou combinado que, caso a conta ficasse acima do valor arrecadado, a diferença seria rateada. E ficou mesmo R$ 100,00 acima do que arrecadaram. Mas aí a alta chefia, constrangida, dividiu entre si a diferença. Fica a pergunta: por que tratar o pessoal assim, como se não fossem todos, operacionais e administrativos, trabalhadores do mesmo valor?

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade - SINDMON-METAL
Rua Duque de Caxias, 165, José Elói - CEP: 35.930-198 - João Monlevade (MG) - **Tel.:** (31) 3851-1222/ **Telefax:** (31) 3851-2985
Email: sindicato@sindmonmetal.com.br / **Redes sociais:** facebook.com/sindmonmetal - twitter.com/sindmonmetal
Site: http://www.sindmonmetal.com.br